

Educação e Engajamento: elementos para o debate sobre atuação docente

Educación y Compromiso: elementos para el debate sobre el desempeño docente

Education and Engagement: elements for the debate on teaching performance

Francisco André Silva Martins¹

Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais

Resumo

O presente trabalho se apresenta em forma de ensaio e tem como objetivo discutir o trabalho docente e suas práticas em uma sociedade brasileira contemporânea de emergência e consolidação de discursos ortodoxos que atacam e depreciam a educação pública e seus profissionais. Tomando como base elementos empíricos decorrentes de uma situação concreta, ocorrida em uma sala de aula de um curso de graduação em Pedagogia, almeja-se refletir sobre o engajamento profissional dos educadores em seu fazer educativo, bem como sobre a dimensão política do ato educativo e suas implicações na formação de sujeitos críticos e conscientes da realidade social a qual se encontram inseridos. Nesse contexto, é estabelecida juntamente uma discussão em torno dos processos de desvalorização e ataque aos profissionais da educação na atual conjuntura. O debate empreendido aponta para as potencialidades de se discutir situações reais e cotidianas na formação dos profissionais da área da educação e no aprimoramento de práticas que sejam condizentes com os sujeitos educandos.

Palavras-chave: educação; prática docente; engajamento; militância.

Resumen

El presente trabajo se presenta en forma de ensayo y tiene como objetivo discutir el trabajo docente y sus prácticas en una sociedad brasileña contemporánea de emergencia y consolidación de discursos ortodoxos que atacan y desprecian la educación pública y sus profesionales. Tomando como base elementos empíricos surgidos de una situación concreta, ocurrida en un aula de la carrera de Licenciatura en Pedagogía, se pretende reflexionar sobre el compromiso profesional de los educadores en su labor educativa, así como sobre la dimensión política de la acción educativa. actuar y sus implicaciones para la formación de sujetos críticos y conscientes de la realidad social en la que se encuentran insertos. Insertado en este contexto, se establece una discusión en torno a los procesos de devaluación y ataque a los profesionales de la educación en la situación actual. El debate realizado apunta al potencial de discutir situaciones reales y cotidianas en la formación de profesionales en el campo de la educación y en la mejora de prácticas coherentes con los estudiantes.

Palabras clave: educación; práctica docente; compromiso; militancia.

Abstract

This paper is presented in the form of an essay and aims to discuss teaching work and its practices in a contemporary Brazilian society where orthodox discourses that attack and depreciate public education and its professionals are emerging and consolidating. Based on

¹ Pós-doutorado em Educação (UFOP), Mestrado e Doutorado em Educação (UFMG). Professor Efetivo da Faculdade de Educação da UEMG. Vice Coordenador do curso de Licenciatura em História. Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão Observatório das Juventudes (FaE-UEMG) e do Projeto de Extensão “Cola comigo!”: trocando ideias com as juventudes. E-mail: francisco.martins@uemg.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4906-573X>.

empirical elements arising from a concrete situation that occurred in a classroom of an undergraduate course in Pedagogy, the aim is to reflect on the professional engagement of educators in their educational work, as well as on the political dimension of the educational act and its implications for the formation of critical subjects who are aware of the social reality in which they are inserted. Inserted in this context, a discussion is also established around the processes of devaluation and attacks on education professionals in the current situation. The debate undertaken points to the potential of discussing real and everyday situations in the training of professionals in the area of education and in the improvement of practices that are consistent with the subjects being educated.

Keywords: education; teaching practice; engagement; activism.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A existência perene das sociedades está vinculada a um processo compulsório e ininterrupto de mudanças que ocorrem concomitantemente ao funcionamento e reprodução do próprio ordenamento social. Trata-se de uma ação impossível de ser contida, que não é orientada apenas às instituições sociais, e na mesma medida, implica em alterações das relações sociais e das formas de ser e viver. Uma dinâmica descontínua, de avanço e recuo, de maior intermitência que harmonia, que modifica em igual teor toda e qualquer sociedade e que sofre resistência dos sujeitos sociais. O ritmo das mudanças sociais vai variar consideravelmente de acordo com suas singularidades e as sociedades nas quais ocorrem.

No cerne da dinâmica social, que envolve as mudanças e seu ritmo, forças múltiplas se enfrentam, constituído e constituinte, continuidade e mudança, o velho e o novo. Concepções mais conservadoras do que seja a ordem social tendem a recorrer a valores moralistas como sendo algo virtuoso e culpam as alterações no comportamento por corromper o que seria um ideal de bem comum. Concepções mais progressistas tendem a defender a ideia de que as mudanças sociais são necessárias para o aprimoramento da humanidade em seus modos de existir no mundo. Conforme aponta Hannah Arendt (2016, p. 243):

Basicamente, estamos sempre educando para um mundo que ou já está fora dos eixos ou para aí caminha, pois é essa a situação humana básica, em que o mundo é criado por mãos mortais e serve de lar aos mortais durante um tempo limitado. O mundo, visto que foi feito por mortais, se desgasta, e, dado que seus habitantes mudam continuamente, corre o risco de tornar-se mortal como eles. Para preservar o mundo contra a mortalidade de seus criadores e habitantes, ele deve ser continuamente posto em ordem.

O excerto anterior bem retrata a dinâmica das mudanças sociais, os conflitos das gerações e as disputas empreendidas quanto ao que seja a manutenção da ordem

social por meio do processo educativo. Na grande maioria das vezes, posicionamentos mais ortodoxos decorrem de gerações mais velhas, estabelecidas socialmente, que praticamente “naturalizam” os valores que foram incutidos em uma vida inteira e se mostram saudosistas dos seus tempos memoriais, dá-se a impressão que tudo o que advém do passado é melhor e o sentimento de retomada do que foi “perdido” orienta a visão de mundo.

Em contrapartida, posicionamentos mais progressistas advém de gerações mais novas, que apesar das coerções da socialização (Durkheim, 2011; 2014), não foram de todo cooptadas e questionam o que está estabelecido. Ao contrário daqueles que “naturalizaram” o vivido, essas gerações mais novas se debruçam sobre essa realidade com estranhamento, uma vez que esses são os valores da outra geração e não da sua.

Entre a assimilação e a resistência é que se formam as gerações vindouras, sujeitos sociais a serem inseridos na sociedade com o fito de continuidade, não necessariamente sem alterá-la (Mannheim, 1978). Essa é uma boa ilustração do processo educativo/formativo. Nesse contexto, pode-se dizer que “a educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é, porém se renova continuamente através do nascimento, da vinda de novos seres humanos” (Arendt, 2016, p. 234).

Por entender que as mudanças sociais sejam marcadas por conflitos e disputas, espero² que com este trabalho, em forma de ensaio, consiga, minimamente, proporcionar o debate sobre a atuação docente na sociedade brasileira contemporânea, refletindo sobre o engajamento profissional dos educadores em seu fazer educativo, bem como sobre a dimensão política do ato educativo/formativo e as implicações de formar pessoas críticas, conscientes de seus lugares sociais em um contexto de emergência do conservadorismo e de ataque à profissão docente.

2 A CONCRETUDE COMO FORÇA MOTRIZ

Adam Schaff (1995), em sua obra “História e Verdade”, argumenta que o historiador enquanto sujeito é reflexo do seu tempo, influenciado pelo seu contexto

² Por se tratar de um texto em forma de ensaio e que abarca uma experiência vivida pelo autor em seu exercício profissional, a opção foi por construir a escrita na primeira pessoa do singular.

social ele é afetado pelos problemas e contradições da vida concreta. Não obstante o fato de o autor abordar o fazer dos historiadores, me parece plenamente possível tomar de empréstimo tal raciocínio com o intuito de debater a atuação do profissional de educação.

De pronto, temos pistas que bem sustentam a defesa de que é impossível a isenção quando falamos dos valores e modos de enxergar o mundo. Tal contexto nos aponta a necessidade de refletirmos sobre a educação e sua dinâmica em relação direta com as mudanças ocorridas com o passar do tempo, na mesma medida, nos impele a colocar em debate a atuação do profissional docente e sua capacidade de refletir e problematizar as contradições sociais partindo do chão da escola. Há que se destacar a força do cotidiano, do enfrentamento de conflitos, como energia que retroalimenta a atuação do profissional da educação (Teixeira, 2006).

É em função disso, que o presente texto parte de inquietações movidas por uma situação real. Como um educador que atua há cerca de 22 anos na Educação Básica, Ensino Superior e Pós-graduação Stricto Sensu, tenho buscado fazer uso de experiências concretas para fomentar a reflexão dos estudantes de graduação sobre o processo educativo. Por isso, entendo que o debate pautado na realidade seja exitoso para no futuro termos melhores profissionais da educação.

Passamos então ao fato. Em meus anos de docência, sempre compreendi a atuação profissional do ponto de vista de uma ação engajada. É inexequível uma ação educativa sem o comprometimento do educador. Sempre foi comum dizer, por exemplo, de minha “militância no campo da educação”. Até que um certo dia, em uma turma de 7º período de Pedagogia, uma estudante me interpelou perguntando: “Professor porque o senhor fala que milita na educação? Porque o senhor não fala que trabalha na educação? Militância não é coisa de política? De partido político?” No momento em que a estudante fez as perguntas estávamos em um seminário e discutíamos a obra “Professora sim, tia não”, de Paulo Freire (1997).

Tratava-se de uma estudante de idade mais avançada, em verdade uma senhora idosa. Ela pertencia a uma igreja neopentecostal e recorrentemente se mostrava mais conservadora quanto a sua compreensão sobre o processo educativo e sua reticência quanto às discussões de cunho pedagógico feitas em sala. Os debates contemporâneos sobre o processo educativo levavam, invariavelmente, à

ampliação da discussão, com engajamento de pessoas mais jovens que se contrapunham a ela. Essa é uma boa ilustração do digladio entre gerações anteriormente abordado. Ela sempre dizia que os/as professores/as são de esquerda e que querem doutrinar estudantes com suas posições políticas. Ela tomava para si a condição de se tornar uma professora diferente quando estivesse na escola. Inegáveis eram sua tenacidade e autenticidade, o que aos meus olhos era virtuoso e permitia o debate de outras posições pedagógicas e políticas.

Apesar das perguntas não serem de difícil resposta, o fato de partirem de uma pessoa com uma compreensão de mundo muito diferente da minha, demandou obrigatoriamente que eu respondesse de forma bem didática. Em um primeiro momento o interesse era de não causar mal-entendidos. Uma alternativa emergiu como lampejo, fazer a conexão desse debate com a própria disciplina. Então recorri às ideias do próprio autor que estávamos trabalhando, Paulo Freire. Abordei a politicidade do ato educativo de uma perspectiva formativa e alicerçada na realidade concreta, em oposição à política partidária, fisiológica, comumente entendida como a política por excelência. Por perceber que a rejeição maior era com a palavra militância, reforcei que o ato de militar era compreendido por mim como comprometimento, engajamento e não como uma atuação espelhada na de pessoas que atuam em partidos. Tratava-se de uma militância que aos meus olhos era significativa pela sua condição como exercício do pensar.

Ainda debruçado nas reflexões contidas no livro, apontei a importância da identidade de classe para o profissional da educação, suas lutas por melhores salários e condições de trabalho e fechei dizendo do compromisso político do educador com a formação do outro, com a busca de uma sociedade mais igualitária e mais humana, com seu posicionamento inconteste em favor dos menos favorecidos. Ao final ela não fez mais perguntas, seu semblante era de quem ouviu, mas não necessariamente entendeu, e muito menos concordou com o que foi dito. Tal fato apontou a necessidade de buscar por uma melhor compreensão dos/das estudantes quanto ao seu fazer docente, suas práticas e suas as implicações no processo formativo, bem como quanto ao compromisso do educador na formação das gerações futuras. Do impacto causado pela concretude emergiu o presente debate.

3 A EDUCAÇÃO SOB ATAQUE

A conjuntura social brasileira foi marcada nos últimos anos pelo fortalecimento de discursos ortodoxos e pela emergência de movimentos organizados para intervir na educação em defesa de valores conservadores como o “Movimento Escola Sem Partido” (Lessa, 2019), que ganhou projeção nacional³. Nesse mesmo contexto, houve também a ampliação do poder de intervenção social de igrejas e grupos religiosos e o crescimento de discursos de ódio ao que fosse diferente do tradicional. No entanto, essa não é uma realidade exclusiva do Brasil. Ataques às minorias étnicas, criminalização da pobreza, xenofobia, ódio a pessoas de orientação sexual divergente da heteronormatividade, ódio às mulheres e seu extermínio, têm crescido exponencialmente pelo mundo.

A ascensão de partidos políticos com posicionamentos explicitamente fascistas tem ocorrido em vários países (Rancière, 2022). A aparente crise estrutural dos valores, serve como apanágio para combater violentamente quem diverge da tradição, da mesma forma que justifica seu extermínio literal. No bojo desse processo, ocorre uma disputa quanto ao que se comprehende como sendo o ideal de sociedade, entre o bem e o mal, o certo e o errado, a civilização e a barbárie. No cerne dessa disputa, que envolve valores, crenças e símbolos, a educação se investe de grande notoriedade e seu domínio passa a ser almejado. Em se tratando da realidade brasileira, percebe-se claramente que o aumento do poder de atuação política de instituições religiosas, e seus membros, têm colocado em xeque a laicidade do Estado e isso tem ecoado diretamente no debate quanto à educação, às instituições escolares, seus profissionais e suas práticas educativas.

Nos compete destacar que a impregnação das escolas públicas com elementos da religião não é algo novo (Oliveira, 2012). Sempre foi comum ver escolas com nomes sacros, a exibição de crucifixos nas paredes e a execução habitual de orações cristãs antes do início das aulas. Situações sempre criticadas por quem atua na área da educação, mesmo que não fossem questionadas pelo discurso coletivo.

O interesse dos protestantes, em âmbito geral, sejam metodistas, batistas, presbiterianos ou neopentecostais, pela educação é uma característica que remonta

³ Tal movimento acabou perdendo força e projeção após a Suprema Corte do país declarar que suas propostas eram inconstitucionais.

os primórdios da chegada de tais denominações ao país. Clara Mafra (2001), ao estudar a história das igrejas protestantes no Brasil, explicita que, independentemente da vertente, os protestantes se mantinham cautelosos quanto a inserção de seus filhos em escolas não confessionais e por isso muitas foram as instituições de ensino construídas e geridas por denominações religiosas protestantes. A intenção era proporcionar aos seus filhos uma correta formação educacional e religiosa, de acordo com seus dogmas e suas crenças. Nesse processo, o “prestígio das escolas para os protestantes, levou vários de seus líderes a defender a educação como chave-mestra da transformação da sociedade brasileira” (Mafra, 2001, p.26), mas de que concepção de educação estariam esses líderes falando? Provavelmente estavam tratando de uma educação confessional de matriz protestante e não uma educação laica, democrática e republicana, que seria o dever do Estado.

O que emerge de maneira mais recente na tessitura social, e que não pode nos escapar ao horizonte de análise, é o modo como o conservadorismo religioso tem arquitetado a imposição de seus dogmas sobre toda a estrutura social. Destacando-se a atuação do que se pode chamar como bancada evangélica na Câmara Federal dos Deputados e no Senado. Na atual conjuntura, por exemplo, podemos citar o caso do deputado mineiro Nikolas Ferreira do Partido Liberal⁴ que preside a Comissão de Educação daquela casa e quando de sua atuação como vereador na cidade de Belo Horizonte já demonstrava ações deverás violentas e questionáveis como invadir escolas e aulas de professores para fiscalizar se estava sendo aplicada o que ele nomeava como “ideologia de gênero” (Junqueira, 2019). Na própria câmara, no dia internacional das mulheres, 08 de março de 2023, o deputado se fantasiou com uma peruca loira e usou da palavra em plenário para fazer chacota e atacar a população LGBTQIAPN+ se dizendo naquele instante como uma mulher trans de nome “Nicole” e que homens que se sentem mulheres estavam tomando o espaço das mulheres que ele considera de “verdade”.

Esse movimento orquestrado de atuação contundente, com o privilégio de pautas morais nomeadas como sendo de interesse das “pessoas de bem” e com a disseminação de informações falsas por meio das redes sociais tem sido a força

⁴ É necessário explicitar que apesar de ser nomeado como Partido Liberal, esse se trata de um partido declaradamente conservador quanto aos costumes e tem como campo de atuação destacado as pautas morais e o que nomeiam como sendo a defesa da família tradicional e das “pessoas de bem”.

propulsora de uma coerção teocrática amplamente propagada. Um número considerável de candidatos a cargos eletivos tem recorrido a lideranças religiosas⁵ que dominam verdadeiros conglomerados nacionais de igrejas para pedir apoio e usam os cultos e eventos para fazer campanha, em troca tais políticos se incumbem de defender fervorosamente os interesses desses respectivos apoiadores. Contudo, cabe ressaltar que para além das pautas morais, tais lideranças religiosas são também beneficiadas com ações que visam diminuir os impostos cobrados das igrejas, bem como ações de embargo ou obstrução de fiscalizações de suas movimentações financeiras. Em lugar das leis como regramento, os livros sagrados passam a determinar como a sociedade, e consequentemente, a escola devem funcionar. Uma ditadura teocrática que combate o elemento primaz da educação que é sua dimensão democrática e formadora de criticidade.

Muitos são os movimentos similares ocorridos na história da humanidade e todos, irrestritamente, redundaram em violência e morte. Theodor Adorno (2023), em seu texto “Educação após Auschwitz”, destaca que a experiência do holocausto ocorreu devido ao retrocesso da civilização promovido pelo crescimento do ódio à diferença, e a meta para a educação em âmbito universal seria evitar que tal fato pudesse voltar a ocorrer ao formar futuras gerações mais afeitas ao bem comum. Em que pese as maiores proporções da violência vivenciada com o holocausto, a realidade mundial tem nos apontado que não conseguimos efetivar o que foi sugerido pelo filósofo uma vez que o ódio ao diferente tem crescido e se tornado comum.

No exato momento em que este ensaio está sendo escrito, Elon Musk, nomeado por Donald Trump como Ministro de Estado, não só fez um arremedo de saudação nazista na posse do presidente estadunidense, como também, dias depois, ao participar de um evento de extrema-direita, conclamou à Alemanha que esquecesse a culpa pelo nazismo praticado pelos antepassados. Pistas contundentes do quanto obscuros são nossos tempos atuais.

Os movimentos conservadores em suas disputas pelo monopólio do processo

⁵ Dentre as lideranças de maior destaque no debate político podemos apontar o pastor Silas Malafaia da Igreja Assembléia de Deus Vitória em Cristo; bispo Edir Macedo da Igreja Universal do Reino de Deus; apóstolo Valdemiro Santiago da Igreja Mundial do Poder de Deus; missionário Romildo Ribeiro Soares da Igreja Internacional da Graça de Deus. É importante ressaltar que todas essas lideranças, para além da atuação em suas organizações, ocupam vasto espaço em programas de televisão em rede aberta nacional diariamente.

educativo no Brasil estabeleceram um inimigo a ser combatido e à reboque tomaram suas propostas como sendo maléficas para a formação de “pessoas de bem”. O inimigo de que estamos tratando é Paulo Freire (Haddad, 2019), simplesmente o patrono e um dos maiores expoentes da educação nacional, um dos intelectuais brasileiros mais conhecidos e citados em trabalhos acadêmicos pelo mundo, educador e filósofo que lecionou e que tem disciplinas destinadas exclusivamente ao estudo de suas obras nas universidades mais renomadas do planeta⁶. E de onde viria tanto ódio a um velhinho, de barba grisalha, cabelos compridos e óculos protuberantes? Do fato que esse educador tenha sido um grande defensor de uma educação democrática, libertária, humanizada, capaz de enfrentar a desigualdade social crônica e fomentar a conscientização e criticidade dos educandos e seu engajamento na luta por uma sociedade mais igualitária (Freire, 2011). De forma rasteira, os conservadores defendem que o educador idealizou práticas educativas para o domínio comunista da sociedade. Importa dizer que o uso do comunismo como um monstro causador de pânico social e destruidor os bons costumes não é algo novo na história do Brasil (Motta, 2002).

Sob manto da sacralidade e da defesa dos “bons costumes”, quaisquer práticas educativas que advogam pela formação ampliada dos educandos se tornam passíveis de ser combatidas e quaisquer educadores empenhados nesse processo taxados como doutrinadores. Defender uma sociedade mais igualitária soa como ataque à propriedade privada, defender a vida das camadas pobres mortas pela polícia nas favelas soa como defender bandidos, defender políticas públicas de inclusão social soa como ataque à meritocracia e a liberdade (Cara, 2019), defender o direito à livre manifestação da orientação sexual soa como “ideologia de gênero” e a busca por fazer com que todos os estudantes se tornem futuros gays ou lésbicas (Junqueira, 2019).

Estamos diante de uma realidade complexa na qual o obscurantismo tem feito emergir no cotidiano escolar situações como a defesa do “ponto de vista” que o planeta seja plano. Por mais que possa parecer jocoso, trata-se de algo muito perigoso

⁶ Em 2017 houve uma campanha de grande repercussão promovida por movimentos conservadores nas redes sociais e que tinha como objetivo a retirada do título de Patrono da Educação do educador Paulo Freire instituído pela Lei N°12.612/2012. Tal movimento emergiu de uma sugestão legislativa submetida ao portal e-cidadania (SL 47/2017) e foi amplamente propagada pelas redes sociais. Apesar de todo alarde causado, a sugestão foi rejeitada ao chegar à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

(Linares & Bezerra, 2019). Estamos dizendo que tem se tornado normal a ocorrência de posicionamentos contrários a conhecimentos elementares, consensualmente aceitos e reconhecidos, comprovados pela humanidade há anos. Não se tratam de casos isolados, que possam ser desconsiderados pela excentricidade de quem defende tais posições. O não enfrentamento dessas situações pode colocar as pessoas em risco de vida, seja pela disseminação de doenças ao se negar a tomar um remédio ou uma vacina, seja pela eclosão de posicionamentos que retomem, por exemplo, a tese da superioridade racial de um determinado grupo e que possa servir de justificativa para exterminar todo aquele que seja diferente. Essa realidade não tem causado impacto social a ponto de as pessoas pararem para pensar sobre o quanto isso é perigoso.

Por mais que possam parecer exagerados os apontamentos anteriores, nos parece prudente retomar o raciocínio de Adorno (2023) ao dizer que o crescimento da barbárie não se dá de forma aleatória, mas gradativamente, com a nutrição do ódio ao diferente e o não questionamento da sociedade quanto a violência que afeta o outro. A barbárie advém, portanto, do que é tido como civilizado, e assim nos damos conta dos perigos que têm nos rondado.

4 ENGAJAMENTO E ATUAÇÃO EDUCATIVA

O medo não é um sentimento agradável. Entretanto, foi em função de temer os perigos e os riscos que a humanidade acabou sobrevivendo enquanto espécie. Em relação à educação, Paulo Freire e Ira Shor (1986) nos mostram que o medo pode também nos fazer ousar. Na mesma medida em que pode ter o efeito paralisante diante do que se enfrenta, em casos extremos, nos quais estejamos acuados, pode servir como emulação para enfrentarmos obstáculos intransponíveis.

Nos últimos tempos vários foram os colegas, independentemente do nível de atuação, que relataram seu desconforto com questionamentos a sua liberdade de cátedra e livre pensamento, ameaças de gravação de aulas tidas como doutrinadoras para divulgação nas redes sociais, ameaças e denúncias a órgãos corregedores com o intuito de perseguir o profissional que não abriu mão de autonomia e dimensão política de suas aulas, debates e discussões. Quem luta, educa, e a defesa da liberdade e da democracia são condição *sine qua non* para a atuação docente.

A violência enfrentada cotidianamente pelos profissionais da educação ao serem atacados no livre exercício de sua profissão e sua busca pela sobrevivência, torna compreensível a isenção pretendida por alguns e seu afastamento de conflitos mais arestosos. Todavia, sob o ponto de vista do direito de livre exercício da docência, acredito que se abster da disputa em relação às concepções do que seja uma educação libertária e mais humanizada, ao contrário de promover a harmonia e pacificação do cotidiano escolar, possa ter efeito deletério oposto, qual seja, de agravamento das coerções e violências. Um exemplo concreto pode ser tomado a partir do processo eleitoral da cidade de Belo Horizonte no ano de 2023. Um candidato a prefeito que foi para o segundo e que pertencia a um partido conservador ameaçou com exoneração profissionais devidamente concursados que não seguissem suas proposições para a educação. Dentre tais proposições destacava-se a militarização das escolas municipais e sua ocupação por guardas municipais armados diuturnamente.

Em se tratando do debate que envolve educação e política, concordamos irrestritamente com Paulo Freire (2020) ao defender que é impossível desmembrar o processo educativo de formação do sujeito de sua dimensão política ao construir o conhecimento e a compreensão da realidade para além do aparente. Educar não se trata de uma ação exata, de resultado único, muito menos de uma prática laboratorial de comprovação experimental. Ao preparamos nossas aulas, ao indicarmos um determinado livro, ao exibirmos um filme específico, já estamos impregnando nossa atuação com nossa forma de enxergar o mundo, com nossas experiências.

Ao entrarmos em nossas salas levamos conosco tudo o que nos fez ser quem somos, o que torna o processo educativo virtuoso por proporcionar a formação do outro em diálogo comigo e na mesma medida a minha própria formação ao ser afetado pelo outro que me torna diferente do que eu era antes. Diante disso, é lícito enfrentar os ataques sofridos com o engajamento e a militância em defesa de uma educação pública, laica, de qualidade e acesso irrestrito a toda e qualquer pessoa. Ao contrário do que possa parecer, o fato de alguém nomear um docente como sendo militante ou engajado não tem conotação pejorativa, em verdade diz mais de um profissional comprometido com suas responsabilidades que qualquer outra coisa.

O fato de ter se tornado algo habitual ocorrências como a denúncia de

professores à direções de escolas, à corregedoria ou mesmo ao Ministério Público sob a alegação que tais profissionais estão doutrinando crianças e jovens têm servido para desencorajar colegas a se posicionarem como educadores progressistas, engajados, militantes da educação. Vários são os que têm dito na sala de professores que vão seguir apenas o livro e nada mais. Alguns quando perguntados quanto a sua posição política pelos estudantes preferem dizer que não gostam desse tipo de debate.

Tomo a liberdade de relatar uma outra situação ocorrida comigo, mas dessa vez na Educação Básica. Ao lecionar a matéria de Renascimento Cultural em uma turma de 7º ano, com estudantes entre 11 e 12 anos de idade, eu exibi o filme “Shakespeare Apaixonado” (1998), uma comédia romântica, como forma de ilustrar os modos como a sociedade se organizava no período, como as pessoas se relacionavam, bem como proporcionar uma maior compreensão dos processos de mudança que iriam ocorrer a partir dali, o interesse do homem pela experiência, o humanismo, o desenvolvimento das artes, dentre outras coisas. Durante o filme, em uma cena o ator que representa Shakespeare acorda ao lado da mulher que é seu par romântico, eles estão cobertos por um lençol até o colo, um pouco abaixo do pescoço, nada que pudesse me despertar qualquer questionamento. Todavia, a cena remetia ao fato de ambos terem dormido juntos. Nesse momento, uma aluna pede para sair da sala e ir à sala da coordenação, o que eu permiti. Não me dei conta de que poderia ter havido um problema.

No outro dia, os pais da menina estiveram na direção da escola me acusando de passar um filme com cenas de nudez para sua filha, em que um homem e uma mulher teriam feito sexo, que iriam denunciar a escola. Exaltada a diretora pediu para me chamarem na sala de aula. Fui convocado para a reunião juntamente com a coordenadora e expliquei qual era o filme e seu intuito na aula, disse que a cena não continha sexo e sim um homem e uma mulher acordando juntos na cama, sendo que ambos estavam cobertos até o pescoço, apresentei o livro didático e mostrei que se tratava inclusive de uma obra indicada para uso em sala. Cheguei a sugerir que víssemos juntos o filme para que confirmassem o que eu dizia, mas a família somente dizia que isso não era coisa de se fazer em sala de aula.

A direção da escola, pela sua concepção progressista, se posicionou a meu

favor e não houve qualquer outra ação como a denúncia na corregedoria, mas o constrangimento estava posto, a insegurança de sempre observar as coisas e os materiais, uma, duas, três vezes se necessário, foi algo que me importunou durante um bom tempo. Todo esse alvoroço em função de uma aluna ter deduzido que duas pessoas tinham feito sexo por terem acordo juntos em uma mesma cama. A sensação é de vivermos realidades paralelas à concretude social, educar é também colocar nossos estudantes diante do que é vivido no cotidiano, do contraditório, do não consensual, aparentemente temos famílias que pleiteiam manter seus em redomas e lidar com isso no cotidiano escolar pode ser tornar um problema a ser enfrentado. Esse tipo de pretensão familiar vai exatamente na contramão do que se espera de um processo da socialização exitoso, capaz de tornar a pessoa um indivíduo adulto, autônomo e funcional, capaz de produzir sua sobrevivência em sociedade.

Inobstante, toda essa vigilância cruel e desmesurada, para defender nosso próprio trabalho nos cabe entrar no debate, mas não sem antes estarmos devidamente alicerçados teórica e conceitualmente. A palavra engajamento, no verbete de um dicionário de filosofia (Abbagnano, 2007), está posta como sinônimo de compromisso, comprometimento, versando também sobre a conduta estabelecida diante de um empreendimento, uma ação, um fazer. O ato de se engajar tem relação direta com o que o homem está envolvido, como opção para condução da vida, como expressão da liberdade humana. Ainda nessa seara, trazemos ao debate as reflexões de Balduíno Andreola (2017) ao abordar o engajamento na perspectiva de Paulo Freire. Na teoria freiriana o engajamento está intrinsecamente vinculado à conscientização, transformação como compromisso ético/político, a teoria e a prática com objetivos claros de intervir na realidade.

Nas escolas e universidades tem sido quase um pecado capital ser um professor engajado, que se posiciona politicamente, seja em sala ou fora dela. Isso é inaceitável e inconcebível para um educador progressista e libertário. Participar de atos de protesto contra a violência sofrida pelos palestinos é uma afronta aos neopentecostais, compor uma passeata pelo livre direito da mulher sobre seu corpo torna-se defesa do aborto, fazer paralizações ou greves para reivindicar direitos é o mesmo que se dizer vagabundo que não quer trabalhar. Novamente recorremos a Freire (1997) ao tratar de uma situação na qual um docente grevista é atacado pelas

famílias e lhes traduz que a luta é tão educadora quanto qualquer outra experiência formativa:

[...] Professor Gumerindo Milhomem, alguns anos passados respondeu à acusação de famílias de alunos das escolas da rede estadual, em greve, num programa de televisão. As famílias acusavam os professores de prejudicar seus filhos, descumprindo o seu dever de ensinar, a que Gumerindo respondeu que havia um equívoco na acusação. Professoras e professores em greve, dizia ele, estavam ensinando, estavam dando a seus alunos, pelo seu testemunho de luta, lições de democracia (Freire, 1997, p. 12).

A criminalização da ação docente envolve um movimento orquestrado com o objetivo explícito de se embrenhar nas fissuras das instituições, manipular representações, símbolos e crenças, a ponto que as instituições educacionais e seus profissionais cumpram com um intuito único de disseminar uma pretensa verdade sacralizada advinda dos livros religiosos.

Em função disso, defendo um levante de todos nós profissionais da educação em defesa da educação pública laica, de qualidade, de acesso irrestrito e na qual lutar contra o racismo não seja um problema, na qual defender a vida de pessoas de outra orientação sexual não seja “ideologia de gênero”, em que defender a vida das mulheres ameaçadas pelos companheiros não seja atacar a família tradicional, na qual defender a liberdade de culto não seja ser “macumbeiro”, na qual atuar politicamente não seja o pecado de ser taxado como comunista.

5 DOCÊNCIA: ENTRE IDEALIZAÇÕES E REALIDADE

Quem não se lembra de um/uma professor/a querido/a? O/A que era mais bravo/a? Aquele/a com o qual foi reprovado? Ou mesmo o/a que foi sua primeira paixão platônica? A docência é uma profissão que permite a quem vai exercê-la a construção de representações e significados muito antes de sua atuação efetiva. Desde a infância e a nossa inserção na escola trazemos conosco a visão do que é ser um/uma professor/a, mesmo que seja uma visão idealizada.

As imagens socialmente amalgamadas em relação aos profissionais da educação são marcadas por ambiguidades contundentes e que afetam diretamente a vida daqueles que optam por seguir essa profissão. Se por um lado há uma imagem sacralizada, de um profissional imune aos vícios e defeitos, detentor do conhecimento, culto, erudito e educado com o mais apurado modo de proceder, por outro lado há a

reprodução de um olhar para essa profissão quase que como sacerdócio, exercido pelo dom, pela doação de si em prol do outro, o que distancia o labor de seu ganho pecuniário como retribuição pelo trabalho prestado.

Se em outros tempos podia-se dizer que a profissão docente era exercida por sujeitos detentores de uma condição social razoável, fossem as mulheres na educação infantil ou os homens nos níveis superiores, atualmente podemos dizer que a docência tem sido ocupada, majoritariamente, por pessoas das classes populares. Em sua quase totalidade, estudam à noite, independentemente da universidade ser pública ou privada, que trabalham o dia todo e depois vão para a faculdade. É um esforço grande, comer marmita fria, falta dinheiro para copiar o texto que também está em falta na biblioteca, involuntariamente dormir na sala, perder o ônibus, somente quem passou por isso consegue entender do que estou falando.

O desprezo pela profissão tem sido tão grande que não é incomum ouvirmos que escolhemos o curso de Pedagogia ou licenciatura por ser mais fácil de ser aprovado no processo seletivo, por não termos outra opção (Araújo & Purificação, 2020). E mesmo diante de tudo isso, matando um leão por dia, há quem ainda desmereça o esforço. Quem nunca ouviu de uma tia chata a clássica pergunta: “Você não vai trabalhar não? Só vai dar aula?”. Caminham *pari passu* a desqualificação dos profissionais e da própria escola. Os estigmas produzidos sobre a escola pública têm servido como fator de desinteresse das pessoas pela carreira docente há alguns anos (Gatti, Barreto, 2009).

Vende-se a imagem que a regra na escola é o tráfico, a violência, professores que não dão aula, dentre tantos outros absurdos. Não estou dizendo que não haja problemas nas escolas, muito longe disso, mas a escola não é uma parte separada da sociedade, escola é reprodução da ordem social e seus problemas são problemas de todos. Não se trata de romantizar, de dizer que a escola é o “mundinho de Alice”, “A terra do TNT e do EVA”, escola é vida e por isso é tão singular.

Mesmo com todos os problemas que possam lhe ser direcionados a escola é ainda a instituição social de maior acesso da população (Dayrell, 2006). Tomando a discussão do acesso e permanência das pessoas na escola e sua relação com o exercício dos direitos, nos valemos do direito à educação pela sua importância. José Murilo de Carvalho (2024), em seu livro “Cidadania no Brasil: o longo caminho”, dá

destaque à educação como sendo o direito primaz para o alcance e usufruto de outros direitos e o exercício da cidadania, por isso, a vê como sendo intrínseca a condição para ser, ou não, um cidadão. Se há problemas com a escola, muito pior seria a realidade sem ela.

Ao elucidarmos a reflexão anterior nos damos conta da responsabilidade contida em nossa atuação profissional. As condições difíceis, se encontradas no chão da escola, não podem servir de justificativa para que o educador desempenhe um trabalho qualquer, se engajar pressupõe o exercício ético do seu melhor, seja em que escola for, com qual público for. Não estamos falando de heróis e heroínas das fantasias dos quadrinhos, mas nós só teremos a dimensão do quanto afetamos a vida de um de nossos estudantes quando muitos anos depois ele te parar na rua, perguntar se você lembra dele, e invariavelmente não nos lembramos, e nos agradecer pelo que incidimos na trajetória de sua vida.

A quem optou por essa carreira, infelizmente, lhes dou uma péssima notícia, não somos docentes após pegarmos nosso diploma na colação de grau, segundo Miguel Arroyo (2011) o diploma é somente a passagem do trem, o tíquete para o embarque em uma viagem infinidável, nos formamos eternamente a cada experiência nova, cada obstáculo transposto, cada vitória conquistada por você ou por seus alunos. Se é assim... sigamos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao caminhar para as palavras finais deste ensaio, penso que seria demasiado pretensioso apontar uma conclusão. A maior virtude talvez seja exatamente a incompletude, que cada um que ler poderá completar a seu modo. Não obstante, um trabalho de cunho teórico/reflexivo cobra compulsoriamente de quem o propõe seu devido desfecho, sem pretensões maiores que as que me cabem, espero ter conseguido, minimamente, instigar outros colegas a pensarem sobre si, sobre sua profissão e seu papel docente.

Há quem possa ver esta ação como algo insignificante diante do problema que enfrentamos, há quem possa se interessar em se envolver no debate, o que fica é a certeza que um texto após sua publicação pertence a quem quiser dele fazer uso, a quem interessar possa, então convido a nos engajarmos na luta pela educação

pública, pelos nossos direitos como profissionais da educação, por uma sociedade mais justa e igualitária.

Ingênuo é aquele/a que ao estar à frente de um grupo possa crer que somente ele leva algo, muitas vezes, somos inquietados a tal ponto que não nos basta pensar sobre, temos que fazer algo com o que nos inquieta. Somos gente, formamos outras gentes e isso envolve uma responsabilidade imensurável. Entendo que o processo de educar/formar o outro seja marcado pela reciprocidade, pela troca de experiências diversas, diferentes, que agregadas, levam a experiências outras.

Partindo de uma concepção ampliada do que seja a educação, como formação para além da simples aquisição e posse de um conhecimento formal/escolar, ou como alcance de uma certificação oficial para o trabalho, reforçamos a compreensão das/dos educandos/as como sujeitos concretos, atores potenciais a se engajarem e se digladiarem na arena social na busca por garantir seus direitos e promover mudanças na violenta e desigual sociedade que estamos inseridos.

Ao fim e ao cabo, nos cabe bradar que quem luta, educa!

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2023.
- ANDREOLA, Balduíno. Verbete Engajamento. In: STRECK, Danilo; REDINN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 148-149.
- ARAÚJO, Sidnei Ferreira de; PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo. Ser professor: vocação ou falta de opção? os motivos que envolvem a escassez de jovens na profissão docente no Brasil. **Revista Científica Novas Configurações Diálogos Plurais**, Luziânia, v 2, n 1. 2020. Disponível em: <https://www.dialogosplurais.periodikos.com.br/journal/dialogosplurais/article/doi/10.4322/2675-4177.2021.002>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- ARENKT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CARA, Daniel. Contra a barbárie, o direito à educação. In: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 25-32.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, Juarez (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2014.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Matin Claret, 2011.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**. São Paulo: Olho D'água, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

GATTI, Bernardete Angelina, BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: Unesco, 2009

HADDAD, Sérgio. Paulo Freire, o educador proibido de educar. In: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 141-150.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 135-140.

LESSA, Sérgio. **Escola Sem Partido e Sociedade sem Ideologia**. Maceió: Coletivo Veredas, 2019.

LINARES, Alexandre; BEZERRA, José Eudes Baima. Obscurantismo contra a liberdade de ensinar. In: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 127-134.

MAFRA, Clara. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MANNHEIM, Karl. Funções das gerações novas. In: PEREIRA, Luiz; FORACHCHI, Marialice (orgs.). **Educação e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1978. p. 91-100.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

OLIVEIRA, Heli Sabino de. **Educação de Jovens e Adultos em espaços**

religiosos: escolhas, negociações e conflitos. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. Entrevista. *In:* CARVALHO, José Sérgio Fonseca de (org.). **Jacques Rancière e a escola:** educação, política e emancipação. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p. 25-49.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SHAKESPEARE APAIXONADO. Direção: John Madden. Produção: Harvey Weinstein. Estados Unidos: Miramax Films, 1998.

TEIXEIRA, Inês Castro. Os professores como sujeitos socioculturais. *In:* DAYRELL, Juarez (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 179-194.

Recebido em: 12/02/2025

Aceito em: 14/11/2025

Publicado em: 22/12/2025



Este conteúdo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons BY-NC-AS 4.0](#)